



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 665

quinta-feira, 16 de dezembro de 2021

Sumário

Sumário 1

Poder Executivo..... 1

Jurídico 1

DECRETO Nº. 101, DE 16 DE

DEZEMBRO DE 2021 1

Poder Executivo

Jurídico

DECRETO Nº. 101, DE 16 DE
DEZEMBRO DE 2021

“Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos do Poder Executivo de Santana da Vargem e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Santana da Vargem - MG, no uso das atribuições que lhe confere a Lei e em especial o art. 52, VI, da Lei Orgânica do Município,

Art.1º. A Secretaria Municipal de Administração deve observar, na elaboração da folha de pagamento dos servidores públicos da Administração direta do Poder Executivo do Município, as regras

estabelecidas neste Decreto, relativamente às consignações compulsória e facultativa.

Art. 2º. Considera-se, para fins deste Decreto:

I - consignatário: destinatário dos créditos resultantes das consignações compulsória e facultativa;

II - consignante: órgão ou entidade da Administração Municipal do Poder Executivo que procede a descontos relativos às consignações compulsória e facultativa na ficha financeira do servidor, em favor de consignatário;

III - consignação compulsória: desconto incidente sobre a remuneração do servidor, efetuado por força de lei ou mandado judicial; e

IV - consignação facultativa: o desconto incidente sobre a remuneração do servidor, mediante sua autorização prévia e formal, e anuência da Administração.

Art.3º. São consideradas consignações compulsórias:

I - contribuição para a Previdência Social;



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 665

quinta-feira, 16 de dezembro de 2021

II - pensão alimentícia judicial;

III - imposto sobre rendimento do trabalho;

IV - reposição e indenização ao erário;

V - decisão judicial ou administrativa;

VI - outros descontos compulsórios instituídos por lei.

Art.4º. São consideradas consignações facultativas:

I - mensalidade instituída para o custeio de entidades de classe, associações e clubes de servidores;

II - contribuição para planos de saúde patrocinados por entidade fechada ou aberta de previdência privada, que opere com planos de pecúlio, saúde, seguro de vida, renda mensal e previdência complementar, bem como por entidade administradora de planos de saúde;

III - contribuição prevista na Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977, patrocinada por entidade fechada ou aberta de previdência privada, que opere com planos de pecúlio, saúde, seguro de vida, renda mensal e previdência complementar, bem como por seguradora que opere com planos de seguro de vida e renda mensal;

IV - prêmio de seguro de vida de servidor coberto por entidade fechada ou aberta de previdência privada, que opere com planos de pecúlio, saúde, seguro de vida, renda mensal e previdência complementar, bem como seguradora que opere com planos de seguro de vida e renda mensal;

V - prestação referente a imóvel adquirido de entidade financiadora de imóvel residencial;

VI - pensão alimentícia voluntária, consignada em favor de dependente que conste dos assentamentos funcionais.

VII - prestação referente a empréstimo consignado, concedidos por instituições financeiras ou congêneres, devidamente credenciadas.

Art.6º. O pedido de consignação de pensão alimentícia voluntária será instruído



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 665

quinta-feira, 16 de dezembro de 2021

com a indicação do valor ou percentual de desconto sobre a remuneração, conta bancária em que será destinado o crédito e a autorização prévia e expressa do consignatário ou seu representante legal.

Art.7º. Os consignatários de que trata o art.4º, excetuado o beneficiário de pensão alimentícia voluntária, devem apresentar solicitação de consignação facultativa a Secretaria Municipal de Administração ou setor responsável, instruída da comprovação de autorização de cada servidor.

Art. 8º. O valor mínimo para descontos decorrentes de consignação facultativa é de um por cento do valor do menor vencimento básico fixado no âmbito da Administração Municipal.

Parágrafo único. Observado o princípio da economicidade, a Secretaria Municipal de Administração poderá estabelecer percentual superior ao previsto neste artigo.

Art. 10. A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não pode exceder ao valor equivalente a 30% (trinta por cento) da soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas as

relativas à natureza ou ao local de trabalho e a vantagem pessoal, nominalmente identificada, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

I - diárias;

II - ajuda de custo;

III - indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;

IV - salário-família;

V - gratificação natalina;

VI - adicional de férias, correspondente a um terço sobre a remuneração;

VII - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

VIII - adicional noturno;

IX - adicional por tempo de serviço; e

X - adicional de insalubridade, de periculosidade ou de atividades penosas.



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 665

quinta-feira, 16 de dezembro de 2021

Parágrafo único. Amortização de empréstimos pessoais e financiamentos junto à Instituições Financeiras e/ou de Créditos em prazo não superior a 144 (cento e quarenta e quatro) meses.

Art. 11. As consignações compulsórias têm prioridade sobre as facultativas.

§1º Não será permitido o desconto de consignações facultativas até o limite de trinta por cento, quando a soma destas com as compulsórias exceder a setenta por cento da remuneração do servidor.

§ 2º. Caso a soma das consignações compulsórias e facultativas exceda ao limite definido no parágrafo anterior, serão suspensos, até ficar dentro daquele limite, os descontos relativos a consignações facultativas de menores níveis de prioridade, conforme disposto a seguir:

I - pensão alimentícia voluntária;

II - contribuição para planos de pecúlio;

III - mensalidade para custeio de entidades de classe, associações e cooperativas;

IV - contribuição para previdência complementar ou renda mensal;

V - amortização de empréstimos ou financiamentos pessoais;

VI - contribuição para planos de saúde;

VII - contribuição para seguro de vida; e

VIII - amortização de financiamentos de imóveis residenciais.

§3º. Em se tratando de consignações facultativas, prevalece o critério de antiguidade, de modo que a consignação posterior não cancela a anterior, ressalvada a hipótese de correção de processamento indevido, que observará a ordem de prioridade de que trata o parágrafo anterior.

Art. 12. Não são permitidos, na folha processada pela Secretaria Municipal de Administração, ressarcimentos, compensações, encontros de contas ou acertos financeiros entre entidades



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 665

quinta-feira, 16 de dezembro de 2021

consignatárias e servidores que impliquem créditos nas fichas financeiras dos servidores.

imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada, observado ainda o seguinte:

Art. 13. A consignação, em folha de pagamento, não implica co-responsabilidade dos órgãos e das entidades da Administração Municipal do Poder Executivo, por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo servidor junto ao consignatário.

I - a consignação de mensalidade em favor de entidade sindical somente pode ser cancelada após a desfiliação do servidor; e

II - a consignação relativa a amortização de empréstimo somente pode ser cancelada com a aquiescência do servidor e da consignatária.

Art.14. A consignação facultativa pode ser cancelada:

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

I - por interesse da Administração;

Santana da Vargem/MG, 16 de dezembro de 2021.

II - por interesse do consignatário, expresso ou por meio de solicitação formal encaminhada Secretaria Municipal de Administração; ou

JOSE ELIAS FIGUEIREDO

Prefeito Municipal

III - a pedido do servidor, mediante requerimento endereçado a Secretaria Municipal de Administração.

Conteudista Licitações: Rodrigo Teodoro da Silva

Art. 15. Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês

Responsável pela diagramação e publicação no site: Paulo Henrique de Oliveira